

# Sobre a revisão curricular do Ensino Médio

PEDRO FLEXA RIBEIRO

O Ensino Médio vem sendo descrito como o segmento mais crítico do sistema de ensino do país. É consenso que as contradições estruturais de que ele padece devem ser corrigidas. Pelo que se pode entrever de algumas falas, a solução dependeria de uma revisão dos parâmetros e diretrizes estabelecidos por lei.

No entanto, o obstáculo não está na legislação.

Tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases em vigor são claras, lúcidas e coerentes ao encorajar cada escola a desenvolver seu projeto pedagógico de acordo com sua identidade e vocação institucional. Por lei as escolas são livres para implementar o Ensino Médio que desejarem. (A lei prevê até mesmo a flexibilidade de duração do curso: a critério de cada escola o Ensino Médio pode ser proposto com 3 ou 4 anos). Nesse sentido, a lei é sábia, uma vez que reconhece implicitamente a diversidade e a heterogeneidade do sistema de ensino como sua maior virtude. Em um país com as dimensões e diferenças que caracterizam o Brasil, esse ponto de partida legal é um acerto a ser reconhecido, valorizado e preservado a qualquer tempo.

É engano atribuir a situação crítica do Ensino Médio à legislação que o rege. Os problemas decorrem sobretudo das avaliações que cercam o fim dessa etapa, movidas pelas exigências para o ingresso nas universidades. Portanto, convém considerar mais detidamente a articulação entre o Ensino Médio e o Nível Superior.

Durante muito tempo as universidades combinaram a ausência de um ciclo básico na graduação com a elevação do rigor na seleção de candidatos. Até recentemente, entendia-se que o mérito acadêmico seria o critério mais isento, neutro e justo para definir quem teria direito a iniciar um curso universitário e, no caso das universidades públicas, teria direito a um curso gratuito. Diante da grande demanda, o concurso vestibular produzia os desempates necessários. Nesse movimento, as universidades passaram a utilizar como critério de ingresso conteúdos que a rigor deveriam fazer parte de um ciclo básico a ser oferecido por elas próprias no início da graduação. Em vez disso, atribuíram ao Ensino Médio responsabilidades que em qualquer país deveriam caber ao Nível Superior.

Algumas décadas dessa prática levaram à hipertrofia e ao inchaço dos programas escolares. A deformação foi tal que conduziu simultaneamente à homogeneidade e



ao estreitamento do currículo. O programa "mínimo" praticado é na verdade vasto e enciclopédico: ocupa integralmente a carga horária disponível, a ponto de transbordá-la. Isso priva as escolas de qualquer margem ou fôlego de carga que lhes permita diversificar o currículo. A despeito de seus projetos pessoais, todos os alunos ficam obrigados e submetidos a uma mesma trajetória escolar. Hoje, em todo o país, só se pratica um único currículo de Ensino Médio, empobrecendo as possibilidades ao alcance dos jovens previstas em lei. Isso faz com que, de todo o sistema de ensino, esse seja o segmento que mais causa fracasso escolar e abandono.

Tal como originalmente concebido, o Enem surgiu com a promessa de superação dessa realidade. Deveria ser utilizado como parte do pro-